

AVISO DE PRIVACIDADE

nullbug

(2023)

SUMÁRIO

01	Objetivo e Escopo	05
02	Definições	06
03	Coleta dos Dados Pessoais	08
04	Tratamento dos Dados Pessoais	10
05	Armazenamento dos Dados Pessoais	13
06	Compartilhamento dos Dados Pessoais	15

SUMÁRIO

07	Direitos dos Titulares	16
08	Aceite desta Política	18
09	Encarregado de Dados	18
10	Dos cookies	19
11	Medida de Segurança Adotadas	19
12	Disposições Finais	19

SUMÁRIO

13

Histórico de versões

..... 20



01. Objetivo e Escopo

A **Nullbug** se preocupa com a sua privacidade. Visando trazer transparência para nossas atividades, em cumprimento às disposições da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), sempre nos pautando no princípio da boa-fé, editamos o presente **Aviso de Privacidade ("Aviso")**.

O principal objetivo deste **Aviso** é estabelecer diretrizes para estruturar um sistema normativo e de práticas de Proteção de Dados Pessoais, visando garantir a privacidade e proteção dos dados dos titulares de dados pessoais que sejam objeto de tratamento pela **Nullbug**.

Nesse sentido, este **Aviso** foi elaborado para todos os titulares de dados que possuam qualquer nível de relacionamento com a empresa, sejam eles **CLIENTES**, pessoas físicas ou jurídicas que tenham contrato de prestação de serviços de desenvolvimento de softwares com a **NullBug**, ou **INTERESSADOS**, na qualidade de pessoa física ou jurídica que possa já ter sido cliente anteriormente ou, embora ainda não tenha firmado contrato de prestação de serviços, já solicitou informações sobre os serviços prestados pela empresa e informou dados pessoais.

Ainda, podemos tratar dados de Clientes dos nossos **CLIENTES**.

Sendo assim, a **Nullbug** poderá ser caracterizada ora como Controladora de Dados Pessoais de seus **CLIENTES** ou **INTERESSADOS** diretos, na qualidade de pessoas físicas ou sócios das pessoas jurídicas, bem como de seus dependentes, ora como Operadora de Dados Pessoais dos clientes de seus **CLIENTES** diretos, quando coletados por este último, casos em que fará o tratamento conforme disposto no “Contrato de Prestação de Serviços de Desenvolvimento de Softwares”.

Em relação aos dados pessoais dos colaboradores e pessoal interno, estará regulado na nossa **Política Interna de Privacidade**.

2. Definições

Termo	Definição
Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”)	Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
Banco de dados	Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
Dados Pessoais	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
Dados Pessoais Sensíveis	Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
Dado Anonimizado	Dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
Minimização	Princípio pelo qual os dados pessoais serão processados e tratados com observância da adequação, pertinência e finalidade, limitando-se ao estritamente necessário para a realização destas condições quando do tratamento de dados pessoais;
Titular	Toda pessoa física a quem os dados pessoais se relacionem é um titular de dados.

2. Definições

Termo	Definição
Controlador	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
Operador	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
DPO (Encarregado)	Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
Tratamento	Toda atividade realizada com dados pessoais é considerada um tratamento de dados, incluindo, mas não se limitando a atividades como a coleta, compartilhamento, comunicação, acesso, reprodução, processamento, armazenamento, eliminação e modificação de dados pessoais.
Transferência Internacional de Dados	Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
Privacy by Design	Considerar as implicações de privacidade de um determinado tratamento de dados desde o início de sua concepção.
Legislação temática de referência	Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018); Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

3. Coleta dos Dados Pessoais

Nosso **Aviso de Privacidade** foi desenvolvido conforme o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/18), e seu aceite será considerado formalizado no momento em que você inserir suas informações em nosso website ou, ainda, quando nos contratar para usufruir dos Produtos e Serviços ofertados pela **NullBug**, mesmo que de forma gratuita.

A **NullBug** coleta os dados fornecidos pelo **CLIENTE** ou **INTERESSADO**, voluntariamente, por intermédio de quaisquer dos canais de atendimento, tais como e-mail, website, WhatsApp, telefone e/ou meio físico, sendo estes dados relativos à pessoa física ou jurídica, contratante ou interessada, ou ainda de seus sócios, dependentes, empregados, e até de seus clientes.

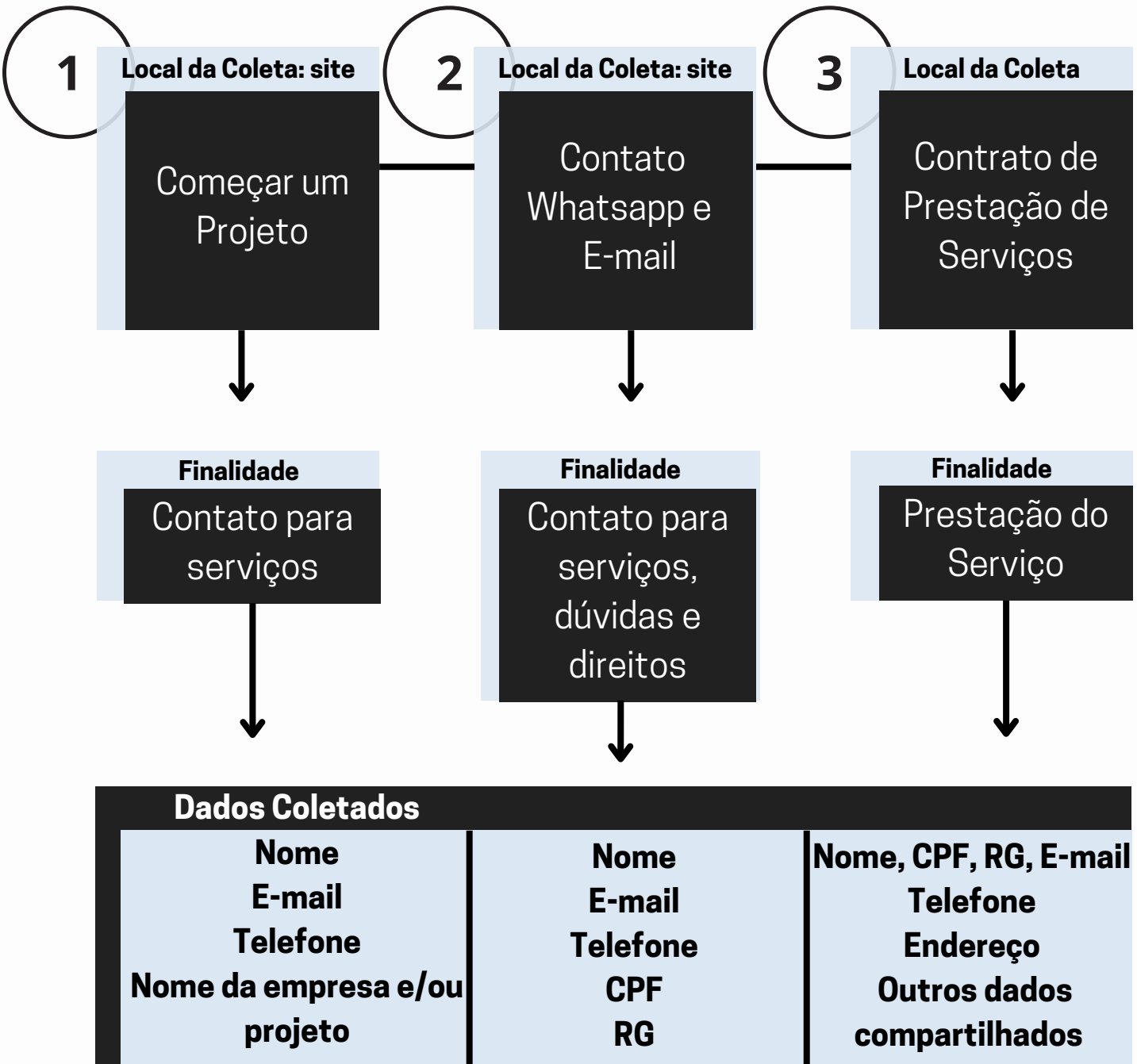
Em síntese, são coletadas todas as informações ativamente disponibilizadas pelo próprio **CLIENTE** ou **INTERESSADO**, necessárias para a prestação dos serviços de desenvolvimento de softwares ou para que se disponibilize informações relativas à prestação e negociações pré-contratuais.

A base legal para a coleta dos dados referidos no parágrafo antecedente está fundamentada na própria execução do “Contrato de Prestação de Serviços de Desenvolvimento de Softwares” ou dos procedimentos preliminares a ele relacionados, quando se tratar de **CLIENTE** ou de **INTERESSADO**, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, conforme artigo 7º, inciso V, para os dados pessoais comuns, conforme definição do artigo 5º, inciso I, e no artigo 11, inciso II, alínea “d”, para os dados pessoais sensíveis, conforme definição do artigo 5º, inciso II, todos da Lei nº 13.709/2018.

Em caso de atendimento presencial, os dados pessoais coletados quando do ingresso do **CLIENTE** ou **INTERESSADO** nas dependências da **NullBug** o serão com base no seu consentimento livre, informado e inequívoco, com fulcro no artigo 7º, inciso I, para os dados pessoais comuns, conforme definição do artigo 5º, inciso I, e no artigo 11, inciso I, para os dados pessoais sensíveis, conforme definição do artigo 5º, inciso II, todos da Lei nº 13.709/2018.

3. Coleta dos Dados Pessoais

Os dados coletados pela **NullBug**, na qualidade de Controlador, são:



Operadoria
(dados dos clientes dos CLIENTES)

4. Tratamento dos Dados Pessoais

A **NullBug** considera todos os dados coletados como confidenciais. Portanto, somente os utilizará da forma aqui descrita.

O tratamento de dados pessoais deverá observar a boa-fé e os demais **princípios** abaixo elencados. Caso alguma atividade de tratamento não respeite estes princípios, ela não deve ser realizada, precisando ser imediatamente revista.

(i) Finalidade. Dados pessoais somente devem ser tratados para uma finalidade específica, um propósito que seja legítimo, explícito, delimitado e informado ao titular, não sendo permitido o tratamento posterior que seja incompatível com as finalidades identificadas.

(ii) Adequação. O tratamento de dados pessoais observará a compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.

(iii) Necessidade. O tratamento de dados pessoais se limitará ao tratamento mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.

(iv) Livre Acesso. Será garantido, aos titulares de dados, consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.

(v) Qualidade dos Dados. Os dados pessoais tratados devem ser claros, exatos, relevantes e atualizados, de acordo com a sua necessidade e com os propósitos do tratamento. Não devem ser tratados dados pessoais desatualizados ou irrelevantes para a finalidade indicada.

4. Tratamento dos Dados Pessoais

(vi) Transparência. A NullBug disponibilizará aos titulares de dados informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, em especial, forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

(vii) Segurança. Utilizaremos medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

(viii) Prevenção. Adotaremos medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

(ix) Não Discriminação. Nós jamais realizaremos tratamento para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos.

(x) Responsabilização e Prestação de Contas. Adotaremos medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, a eficácia dessas medidas.

Todos os dados cadastrados e coletados são utilizados para: **(i)** contato com a **NullBug** (reuniões de negócios, desenvolvimento de projetos, contratos, dados compartilhados pelos **CLIENTES**, dúvidas, exercícios de direitos em privacidade); **(ii)** dados de contato coletados, tais como nome, telefone, e-mail e endereço, para fins publicitários e de marketing desta própria empresa.

No primeiro caso, a base legal utilizada para a coleta desses dados é a execução de contrato (nos períodos pré e pós contratual, existente ao assinar o “Contrato de Prestação de Serviços de Desenvolvimento de Softwares”) ou ainda os casos de exercício regular de direitos. No segundo caso, O **CLIENTE** ou **INTERESSADO** poderá manifestar o seu consentimento livre, expresso e inequívoco, ou no caso de dados sensíveis, específico e destacado, para que a **NullBug** utilize os dados de contato coletados para fins publicitários, que será coletado ao contatar a **NullBug** pelos meios de comunicação disponíveis, seja por telefone, e-mail, WhatsApp, SMS ou atendimento presencial.

4. Tratamento dos Dados Pessoais

Nos casos em que não for possível obter o consentimento, a **NullBug** se reserva, quando for o caso, no direito de utilizar os dados pessoais comuns coletados para fins publicitários, nos termos do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 13.709/2018 (legítimo interesse).

Se o **CLIENTE** ou **INTERESSADO** não desejar mais ser contactado pela **NullBug**, única e exclusivamente em relação aos conteúdos publicitários, deverá seguir as orientações constantes ao final dos e-mails de marketing, a fim de viabilizar o descadastramento da lista de transmissão, ou, caso o contato seja feito pelo WhatsApp, poderá responder à mensagem com a palavra “descadastramento”.

Em relação às demais finalidades justificadoras do contato pela **NullBug**, tais como exercício regular de direitos, cumprimento de obrigação legal ou regulatória, entre outras possibilidades, em especial a execução do “Contrato de Prestação de Serviços de Desenvolvimento de Softwares” e/ou dos procedimentos preliminares a ele relacionados, não será possível tal descadastramento, tendo em vista as bases legais justificadoras e descritas nas demais cláusulas deste Instrumento.

Em síntese, a **Nullbug** somente tratará dados pessoais de acordo com as hipóteses autorizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

As hipóteses (bases legais) previstas na legislação são as seguintes:

- (i) quando o titular de dados fornecer seu consentimento explícito;
- (ii) quando necessário para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- (iii) execução de Políticas Públicas;
- (iv) realização de Pesquisa por Órgãos de Pesquisa;
- (v) quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular dos dados;

4. Tratamento dos Dados Pessoais

(vi) quando necessário para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

(vii) para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

(viii) tutela da Saúde;

(ix) quando necessário para atender aos interesses legítimos da Nullbug ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular e;

(x) para a proteção do crédito.

5. Armazenamento dos Dados Pessoais

Os dados dos **CLIENTES** e **INTERESSADOS** serão armazenados pela **NullBug** em servidores próprios ou por ela contratados, como os serviços de armazenamento em nuvem. A **Nullbug** cuidará para que os fornecedores de armazenamento desses dados estejam adequados e seguindo os requisitos mínimos de segurança necessários para um tratamento de dados seguro.

Este **Aviso** representa o esforço da **NullBug** no sentido de resguardar seus dados. No entanto, em razão da própria natureza da Internet, não é possível garantir que terceiros mal-intencionados não tenham sucesso em acessar indevidamente os dados coletados pela **NullBug**, hipótese em que esta não poderá ser responsabilizada caso tenha cumprido integralmente os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados e empregado os melhores esforços possíveis para evitar esse tipo de incidente, conforme preconiza o artigo 43, incisos II e III da Lei nº 13.709/2018.

5. Armazenamento dos Dados Pessoais

A **NullBug** mantém e faz o tratamento dos dados pessoais dos **CLIENTES** e **INTERESSADOS** enquanto necessários para o cumprimento da finalidade para a qual foram coletados, em especial em razão da:

(i) execução do “Contrato de Prestação de Serviços de Desenvolvimento de Softwares” e/ou dos procedimentos preliminares a ele relacionados (artigos 7º, inciso V, e 11, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 13.709/2018);

(ii) para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória (artigos 7º, inciso II, e 11, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 13.709/2018);

(iii) para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (artigos 7º, inciso VI, e 11, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 13.709/2018) ou, ainda;

(iv) para fins publicitários e de marketing, com base no consentimento do **CLIENTE** ou **INTERESSADO** (artigo 7º, inciso I, da Lei nº 13.709/2018) ou, quando sua obtenção não for possível, e

(v) sendo o caso, com base no legítimo interesse da **NullBug**, na qualidade de Controladora, ou ainda, como Operadora de dados, nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais dos clientes de seus **CLIENTES**.

O armazenamento dos Dados Pessoais em que a **Nullbug** figura como Operadora de Dados será de responsabilidade do Controlador, a não ser que seja estipulado em contrário no Contrato.

6. Compartilhamento dos Dados Pessoais

A **NullBug** poderá compartilhar os dados dos **CLIENTES** ou **INTERESSADOS**, ou ainda os dados de funcionários e/ou clientes de seus **CLIENTES** diretos, nas seguintes situações:

(i) Para a correta execução do “Contrato de Prestação de Serviços de desenvolvimento de softwares” e/ou dos procedimentos preliminares a ele relacionados, nos termos do artigo 7º, inciso V e art. 11, inciso II, alínea “d” da Lei nº 13.709/2018;

(ii) Para proteção dos interesses e exercício regular de direitos da **NullBug** em qualquer tipo de conflito, incluindo processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incidindo tal hipótese na base legal prevista no artigo 7º, inciso VI, e artigo 11, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 13.709/2018;

(iii) Mediante ordem judicial ou pelo requerimento de autoridades administrativas que detenham competência legal para sua requisição, nos termos do artigo 7º, inciso II, e artigo 11, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 13.709/2018;

(iv) No caso de transações e alterações societárias envolvendo a NullBug, hipótese em que a transferência dos dados pessoais será necessária para a continuidade dos serviços, incidindo na base legal do artigo 7º, inciso V, e artigo 11, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 13.709/2018;

(v) Para efetivar cobranças decorrentes do “Contrato de Prestação de Serviços de Desenvolvimento de Softwares”, incidindo na base legal do artigo 7º, inciso V, da Lei nº 13.709/2018;

6. Compartilhamento dos Dados Pessoais

(vi) Para envio de conteúdos publicitários ou de marketing, como promoções e ofertas, informativos, novos serviços que possam ser oferecidos pela empresa, entre outros conteúdos da mesma categoria, sendo compartilhados com agência de marketing contratada pela **NullBug**, nos termos do artigo 7º, incisos I e IX, da Lei nº 13.709/2018.

A **Nullbug** poderá compartilhar dados no âmbito da transferência internacional de dados quando necessitar serviços de armazenamento e/ou demais tratamentos de dados a serem prestados por terceiros, escolhendo fornecedores de serviços confiáveis e adequados aos requisitos de segurança e privacidade de Dados.

7. Direitos dos Titulares

Em conformidade com o artigo 18 da LGPD, fica assegurado aos titulares de dados o direito de obter, a qualquer momento e mediante requisição:

- (i)** confirmação da existência de tratamento;
- (ii)** acesso aos dados;
- (iii)** correção dos dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- (iv)** anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- (v)** portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, observados os segredos comercial e industrial;

7. Direitos dos Titulares e Exercício

- (vi)** eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses legais de sua manutenção;
- (vii)** informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- (viii)** informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e
- (ix)** revogação do consentimento.

Para o exercício de quaisquer dos direitos dos titulares previstos acima, acesse nosso [Portal de Comunicação do Titular dos Dados](#).

As solicitações relativas aos direitos dos titulares (confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais) serão respondidas pela **NullBug** em formato simplificado em até 01 (um) dia útil, a contar do recebimento da solicitação, ou por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação, vide artigo 19, incisos I e II, da Lei nº 13.709/2018.

Em caso de impossibilidade de adoção imediata da providência, a **NullBug** enviará ao titular resposta, no prazo acima assinalado, em que poderá: **a)** comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; **b)** ou indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

O titular pode solicitar à **NullBug** a exclusão de seus dados pessoais pelos meios já descritos desde que a base legal utilizada para o tratamento dos dados aos quais se refere o pedido de exclusão seja o consentimento, ou ainda em relação aos dados que tenham sido reconhecidos por autoridade competente como desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD.

7. Direitos dos Titulares

A **NullBug** respeitará o prazo de armazenamento mínimo das informações, a fim de viabilizar o fiel cumprimento do “Contrato de Prestação de Serviços de desenvolvimento de softwares” e/ou dos procedimentos preliminares a ele relacionados (artigos 7º, inciso V, e 11, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 13.709/2018), o cumprimento de obrigação legal ou regulatória (artigos 7º, inciso II, e 11, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 13.709/2018), ou para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (artigos 7º, inciso VI, e 11, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 13.709/2018), ainda que o titular solicite a exclusão de tais informações.

8. Aceitação da Política

A aceitação deste “Aviso de Privacidade” se dará no momento de sua ciência e utilização dos serviços da **NullBug**, bem como pela não solicitação da rescisão contratual especificamente em decorrência deste Instrumento.

Caso não concorde com o presente **Aviso**, recomendamos que você não continue a utilizar nossos serviços ou visitar nosso website.

9. Encarregado dos dados

O Encarregado possui a função de atuar como canal de comunicação entre instituição, os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Suas atividades consistem em:

- I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;
- III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
- IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

O e-mail para contato com o Encarregado é dpo@nullbug.dev.

10. Cookies

Os Cookies são pequenos arquivos de dados que são instalados no seu computador ou dispositivo. O website da **NullBug** realiza a coleta de cookies para seu melhor desempenho, para saber mais, acesse nossa [Política de Cookies](#).

11. Medidas de Segurança Adotadas

A **NullBug** adotou diversas medidas de segurança para melhorar a privacidade e proteção dos dados dos titulares, tais como: instalação de antivírus; senhas, cultura sem papel com assinaturas digitais; tranca no ambiente físico; restrições de acesso em setores; treinamentos e atualizações periódicas com os colaboradores.

Ademais, possuímos uma Política de Segurança da Informação que traça diretrizes que toda a empresa deve seguir, dentre outros documentos e práticas que estão sendo implementadas e atualizadas conforme a necessidade e possibilidade operacional.

Contamos também com suporte de Tecnologia da Informação e Jurídico, sendo que novas medidas poderão ser adotadas no decorrer da evolução dos serviços, bem como com o surgimento de novos programas, tecnologias e necessidades.

12. Disposições finais

O presente “Aviso de Privacidade” será regido, interpretado e executado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, a Lei nº 12.965/2014 - Marco Civil da Internet e a Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, independentemente dos conflitos destas com leis de outros estados ou países, sendo competente o Foro da Cidade de Francisco Beltrão/PR, para dirimir qualquer dúvida ou conflito decorrente deste Instrumento.

A **NullBug** reserva-se ao direito de alterar o este **Aviso** a qualquer momento e sem a necessidade de comunicação prévia, sendo que, nessa hipótese, a nova versão revogará todas as anteriores.

Caso reste alguma dúvida após a leitura deste “**Aviso de Privacidade**”, entre em contato com a **NullBug** por meio do *e-mail* dpo@nullbug.dev, ou solicite ajuda no nosso Portal.

O presente "**Aviso de Privacidade**" é válido a partir de 03 de abril de 2023.

13. Histórico de versões

Alteração do documento	Versão	Data
Criação do documento	V1	Outubro/2022
Revisão e atualização	V2	Abril/2023

A low-angle, upward-looking photograph of several modern skyscrapers with glass facades. The buildings are set against a pale, overcast sky. The perspective creates a sense of height and scale. In the foreground, the dark, geometric framework of a building's entrance or a walkway is visible, with some interior lights glowing through the glass panels. A dark, semi-transparent rectangular box is overlaid in the center of the image, containing the text 'nullbug' in a white, lowercase, rounded sans-serif font.

nullbug